

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO CIDADÃO 2017



ESTADO DE SANTA CATARINA

**BALANÇO
CIDADÃO
2017**

Secretaria
de Estado da
Fazenda

Diretoria de
Contabilidade
Geral



**GOVERNO
DE SANTA
CATARINA**

Governador do Estado

Eduardo Pinho Moreira

Secretário de Estado da Fazenda

Paulo Eli

EQUIPE TÉCNICA

Graziela Luiza Meincheim
Diretora de Contabilidade Geral

Gilceu Ferreira
Gerente de Informações Contábeis

Geraldo Catunda Neto

Isis Paz Portinho

Janice Vilsélia Pacífico da Silveira

Kely Cristina da Silva Truppel

Roberto Mosânio Duarte de C. Junior

Rosangela Della Vechia

Vagner Alonso Pacheco

FONTES DE DADOS

Balanco Geral do Estado (2017)

Sistema Integrado de Planejamento e
Gestão Fiscal (SIGEF)

Sistema Integrado de Controle de Obras
Públicas (SICOP)

REVISÃO TEXTUAL

Oficina do Texto

DIAGRAMAÇÃO

Minuta Comunicação e Desenvolvimento
Social - EIRELI

S231 Santa Catarina. Secretaria de Estado da Fazenda.
Balanco Cidadão 2017. – Florianópolis: Secretaria de
Estado da Fazenda, Diretoria de Contabilidade Geral, 2018

45 p. : il.

1. Administração Pública - Contas. 2. Contabilidade Pública.
3. Controle Social. 4. Prestação de Contas. 5. Transparência.
I. Título.

CDD 351.723

SUMÁRIO

Estrutura dos poderes do Estado

06

Desafios para governar

09

Quanto foi arrecadado pelo Estado?

10

Do valor arrecadado, quanto o Estado transferiu por conta de exigências constitucionais e legais?

16

Onde foram aplicados os recursos em 2017?

24

Vamos governar juntos?

42





OLÁ, CIDADÃO!

Você está convidado a conhecer um pouco mais sobre as finanças do Estado de Santa Catarina de uma maneira simples e rápida.

O Balanço Cidadão de 2017, que é baseado no Balanço Geral do Estado entregue pelo Governador ao Tribunal de Contas, apresenta os valores arrecadados pelo Estado e os gastos realizados durante o ano, destacando os principais pontos para que você entenda como ocorrem as entradas e as saídas dos recursos públicos.

Será que tudo que foi arrecadado está disponível para o Estado gastar? Esta e outras perguntas serão respondidas de maneira simplificada para que você conheça melhor a gestão dos recursos estaduais.

Boa leitura!

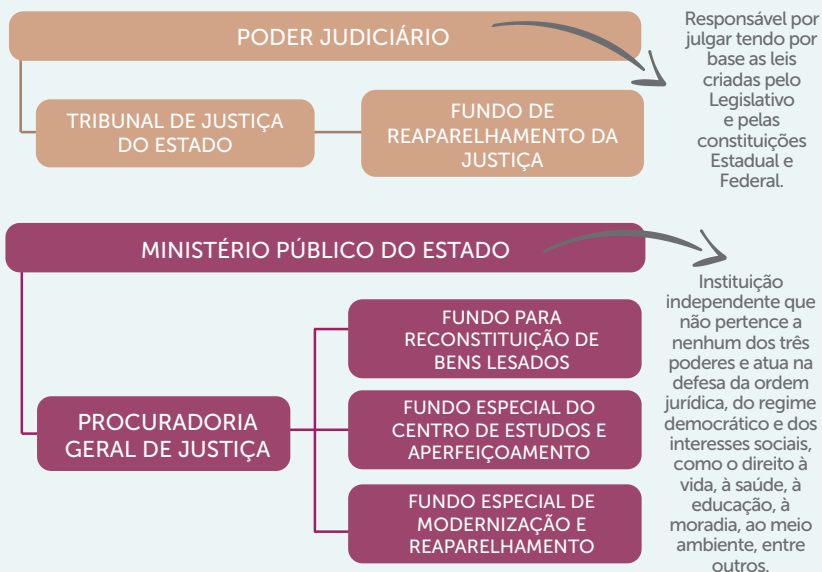
GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
Diretora de Contabilidade Geral

CAPÍTULO 1

ESTRUTURA DOS PODERES DO ESTADO

Para entender melhor o funcionamento do Estado, é importante que você conheça a estrutura e as competências dos poderes, divididos em Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público estadual.

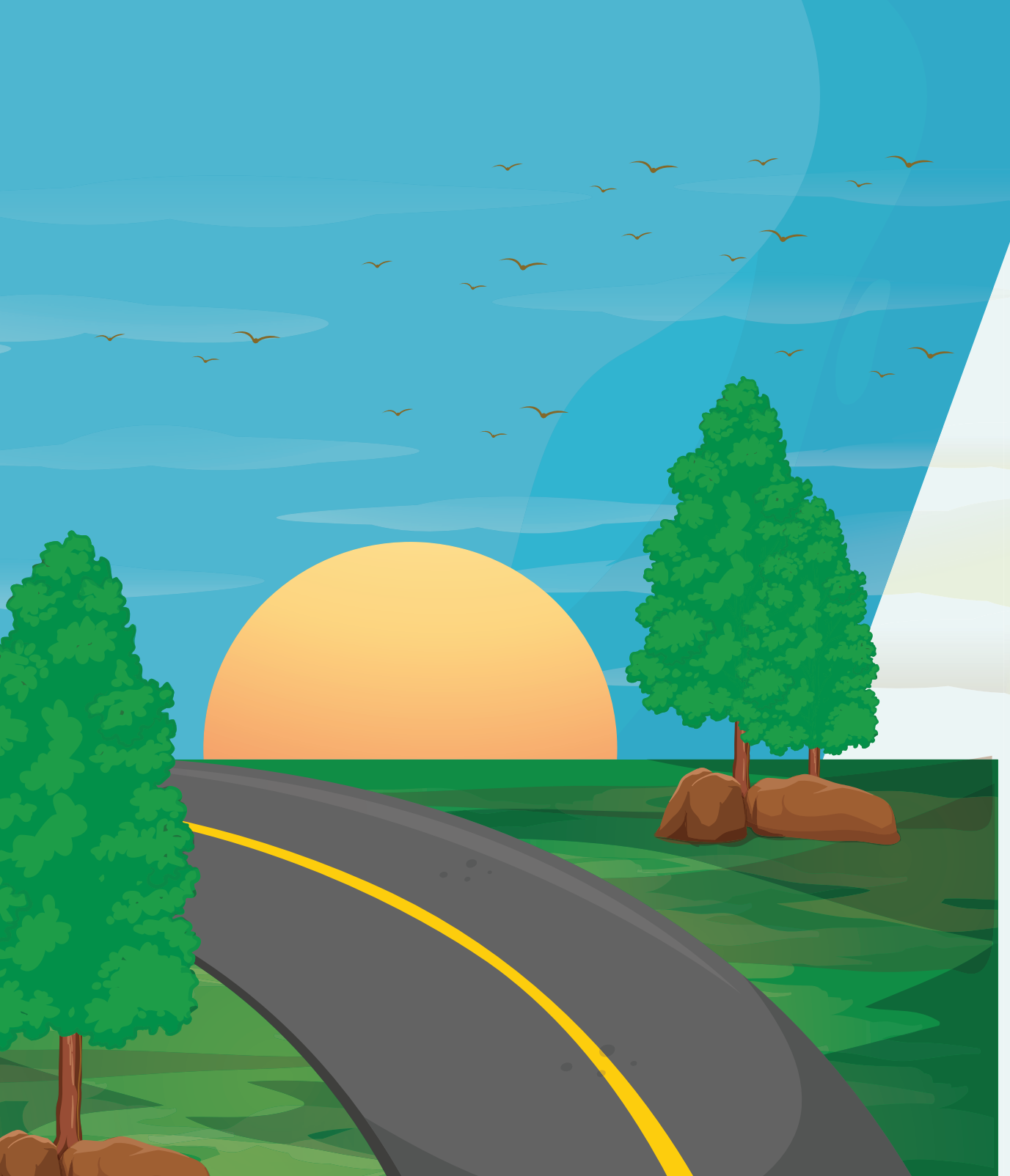




Cada um desses poderes é responsável por elaborar o seu orçamento anual (projeção de suas receitas e suas despesas) e por executá-lo conforme o planejado.

Anualmente, o Estado tem a obrigação de consolidar a prestação de contas em um só documento, apresentando todas as receitas e despesas realizadas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como pelo Ministério Público. A prestação de contas é analisada pelo Tribunal de Contas do Estado, que, após apresentar as suas considerações, envia o conteúdo à Assembleia Legislativa para julgamento.

A prestação de contas anual é apenas uma das competências do Governador. A sua missão principal é administrar o Poder Executivo, o qual envolve toda a estrutura de secretarias, autarquias, fundações e demais unidades vinculadas que prestam os serviços públicos para a população.



CAPÍTULO 2

DESAFIOS PARA GOVERNAR

É certo que administrar um estado não é uma tarefa nada fácil: você precisa garantir a arrecadação dos recursos públicos, além de definir onde o dinheiro será aplicado, observando sempre a legislação. Também é muito importante, quando possível, manter algum dinheiro guardado para as urgências que poderão aparecer no decorrer do tempo.

Assim, convidamos você a se colocar no lugar dos gestores estaduais e fazer um breve mergulho nas finanças de Santa Catarina em 2017. Esse exercício é muito importante para aperfeiçoar o entendimento da máquina pública e reforçar as ações de acompanhamento da gestão e de controle social, pois, quanto mais conhecemos o funcionamento do Estado, mais nos tornamos cidadãos conscientes do nosso papel na sociedade.



CAPÍTULO 3

QUANTO FOI ARRECADADO PELO ESTADO?

Antes de planejar onde gastar, é necessário saber quanto dinheiro você poderá ter durante o ano para conseguir aplicar em saúde, educação, segurança pública e nas demais áreas de governo.

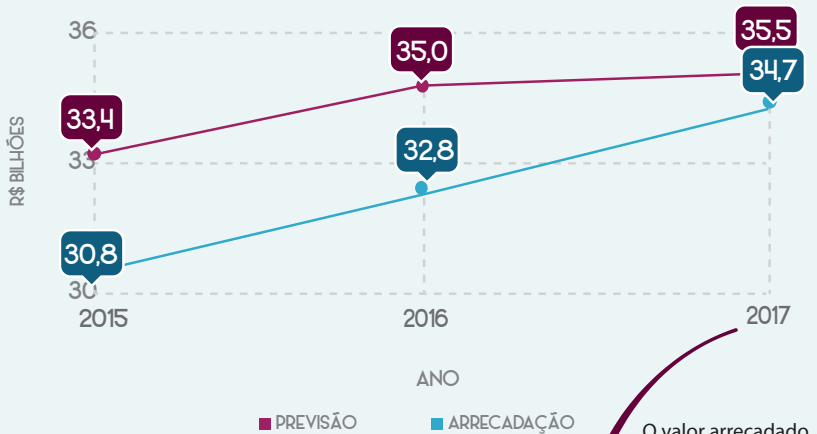
Para isso, a equipe econômica prepara uma projeção de quanto o Governo deverá arrecadar com impostos, taxas e outras receitas durante o ano. São esses recursos que viabilizarão a entrega dos serviços públicos aos cidadãos.

Essas informações são reunidas no projeto da Lei Orçamentária Anual, o qual é enviado para análise da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Na ALESC, o projeto é discutido em diversas audiências públicas e debatido nas comissões técnicas, antes de ser aprovado em plenário.

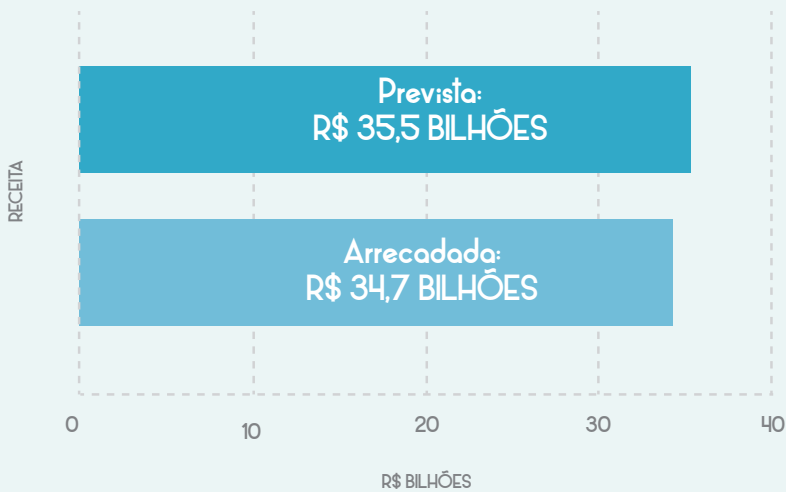
Em 2017, a previsão da receita bruta de todo o Estado (receita consolidada) foi de R\$ 35,5 bilhões.

A maior parte da receita estadual foi arrecadada pelo Poder Executivo (R\$ 34,4 bilhões), que é o responsável também por repassar uma parcela dos recursos para os demais poderes e órgãos.

ARRECAÇÃO DE 2015 A 2017



O valor arrecadado correspondeu a 97,7% do valor previsto para o ano.



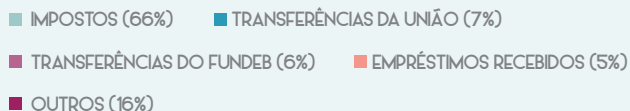
QUAIS AS PRINCIPAIS RECEITAS DO ESTADO?

Os impostos são a principal receita do Estado. Por isso, o Governo precisa atentar para que a arrecadação com impostos nunca diminua e, portanto, não prejudique a prestação de serviços públicos de saúde, educação, segurança pública, agricultura, além da execução de obras e manutenção de estradas, por exemplo.

Em 2017, a arrecadação dos impostos somou R\$ 22,84 bilhões¹, representando 66% do total arrecadado.

Além dos impostos, outras receitas também fazem parte da arrecadação estadual de 2017, como as provenientes das transferências da União (R\$ 2,49 bilhões) e as receitas de operações de créditos, que são os empréstimos contraídos (R\$ 1,57 bilhão).

Somando-se todas as receitas do ano, a arrecadação bruta total foi de R\$ 34,70 bilhões.



1. O valor inclui as multas, os juros e a dívida ativa.

O TOTAL DE R\$ 22,84 BILHÕES ARRECADADO COM IMPOSTOS DARIA PARA COMPRAR O QUÊ?



729.946

CARROS POPULARES
ZERO QUILOMETRO²



13.443.202

COMPUTADORES DE
ÚLTIMA GERAÇÃO³

2. Considerando um veículo zero quilômetro no valor de R\$ 31.290,00.
3. Considerando-se um computador no valor de R\$ 1.699,00.



AGORA VOCÊ JÁ SABE QUANTO ENTROU
NO ESTADO EM 2017:

**FORAM MAIS DE
R\$ 34 BILHÕES,**

VALOR QUE DARIA PARA FAZER
MUITA COISA EM FAVOR DA POPULAÇÃO.



NO PRÓXIMO
CAPÍTULO VOCÊ VERÁ
QUANTO DESSE DINHEIRO O
ESTADO PRECISA DESTINAR DE
MANEIRA OBRIGATÓRIA,
POR EXIGÊNCIA
CONSTITUCIONAL E
LEGAL, E QUANTO
SOBRARÁ PARA ELE DECIDIR
ONDE SERÁ GASTO.

CAPÍTULO 4

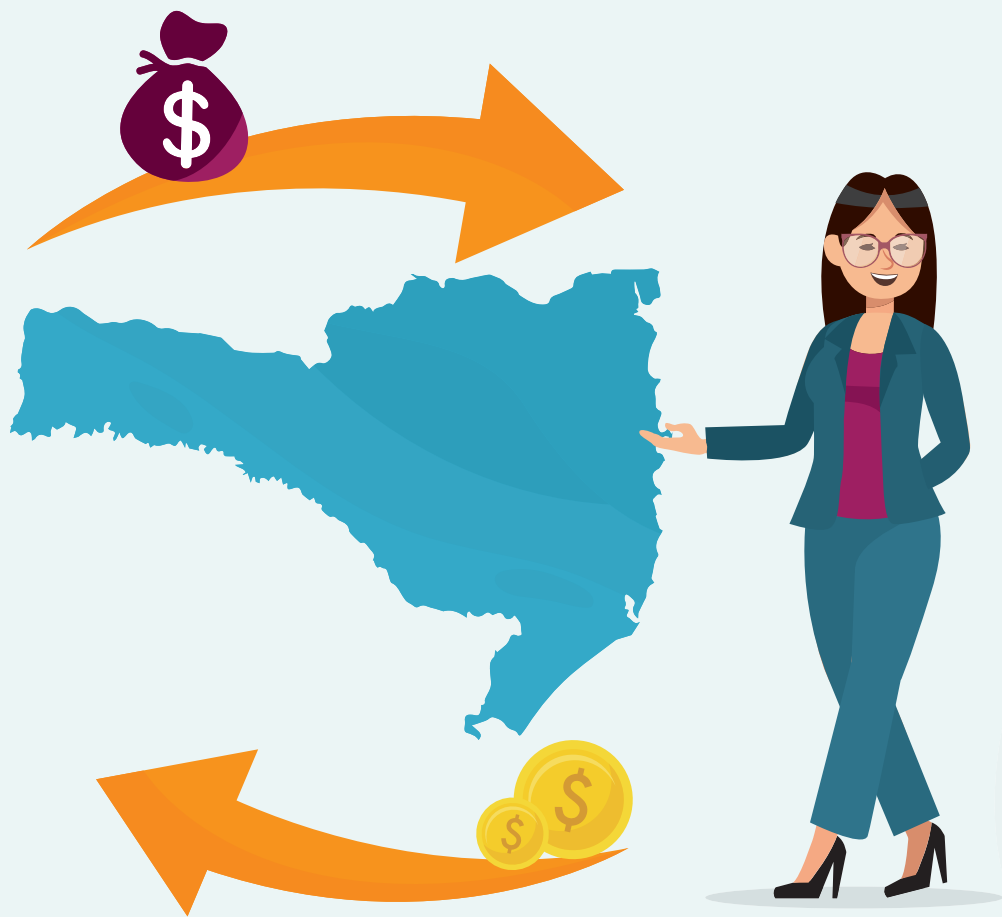
DO VALOR ARRECADADO, QUANTO O ESTADO TRANSFERIU POR CONTA DE EXIGÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS?

O Poder Executivo arrecada a maioria dos recursos, mas não fica com o total arrecadado. Seguindo dispositivos constitucionais e legais, ele precisa proceder desta forma: transferir o percentual dos impostos do Estado para os municípios; depositar no Fundeb* a parcela que lhe cabe para garantir a aplicação dos recursos na educação; e repassar aos outros poderes e órgãos o que está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).



*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

CONHEÇA AGORA COMO OCORRERAM AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE SANTA CATARINA NO ANO DE 2017

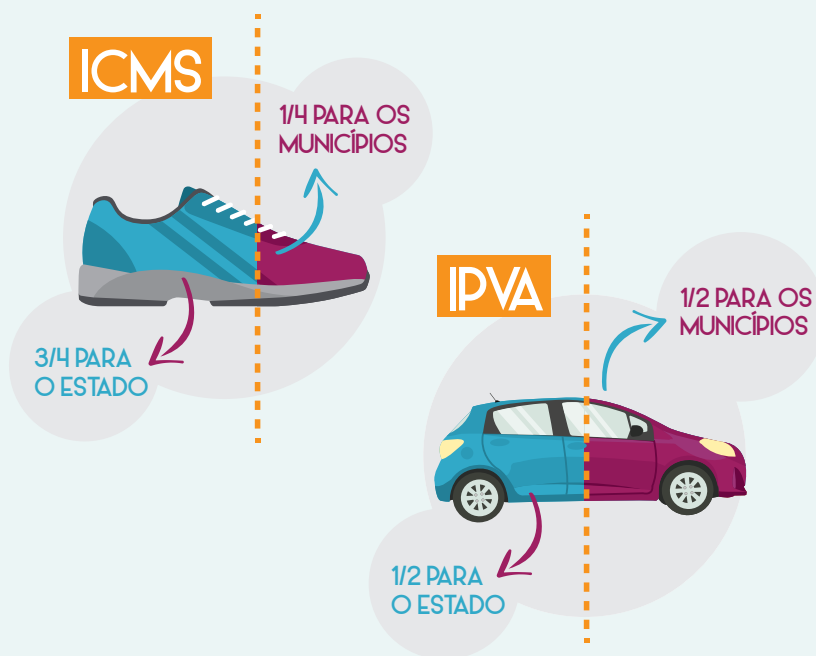


QUANTO DA ARRECADAÇÃO O ESTADO PRECISA TRANSFERIR PARA OS MUNICÍPIOS?



A Constituição Federal obriga que dois dos impostos arrecadados pelo Estado sejam divididos com os municípios: o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O ICMS está embutido em praticamente todos os produtos que consumimos, desde o nosso arroz com feijão do dia a dia até os veículos, os televisores e as geladeiras. O IPVA é pago anualmente pelas pessoas que possuem veículos.

Todos os meses, o Estado precisa repassar aos seus 295 municípios 25% do ICMS e 50% do IPVA arrecadados.



Além de repassar essas receitas, o Estado também precisa dividir com os municípios parte dos valores que recebe da União referentes ao IPI-Exportação (25%) e à CIDE (25%).

Em 2017, foram repassados aos municípios R\$ 5,79 bilhões:

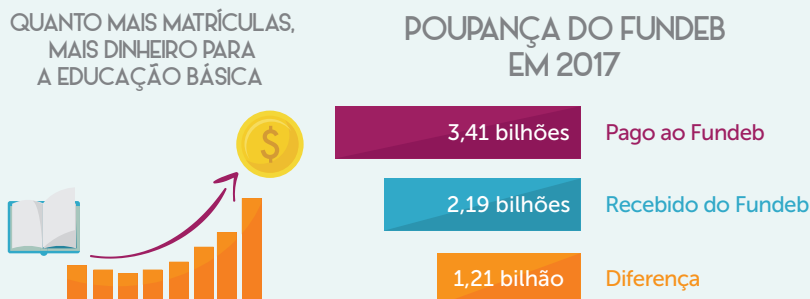
R\$ 4.921 milhões	ICMS
R\$ 784 milhões	IPVA
R\$ 72 milhões	Cota-Parte IPI Exportação
R\$16 milhões	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

QUANTO O ESTADO PRECISA DEPOSITAR PARA O FUNDEB?

O Estado e os municípios contribuem para o Fundeb, e ambos devem depositar 20% das suas receitas de impostos e transferências para atendimento à educação básica tanto da rede estadual quanto da rede municipal de ensino.

Esse montante é dividido entre o Estado e os municípios, na proporção do número de alunos atendidos na educação básica presencial das respectivas redes.

Ou seja, os municípios recebem recursos do Fundeb com base no número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, e o Estado com base no número de alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio.



Em 2017, o Estado transferiu para o Fundeb R\$ 3,41 bilhões. Desse valor, R\$ 2,19 bilhões retornaram ao Estado para serem aplicados em educação, considerando a metodologia de divisão do Fundeb. A diferença de R\$ 1,21 bilhão ficou nos municípios catarinenses para que seja destinada à educação e ao desenvolvimento das crianças e dos jovens que vivem aqui.

QUANTO O ESTADO DEVE REPASSAR PARA OUTROS PODERES E ÓRGÃOS?

Mensalmente, o Estado precisa repassar uma parte dos recursos arrecadados à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à Universidade do Estado de Santa Catarina e ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos do Estado. O percentual do repasse é definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de cada ano e é aplicado sobre a Receita Líquida Disponível (RLD). O Conceito de RLD também é estabelecido na LDO e abrange as principais receitas do Estado, sendo os impostos e as transferências recebidas da União os valores mais representativos.

Os repasses de 2017 foram realizados pelo Estado com base nos seguintes percentuais da RLD:

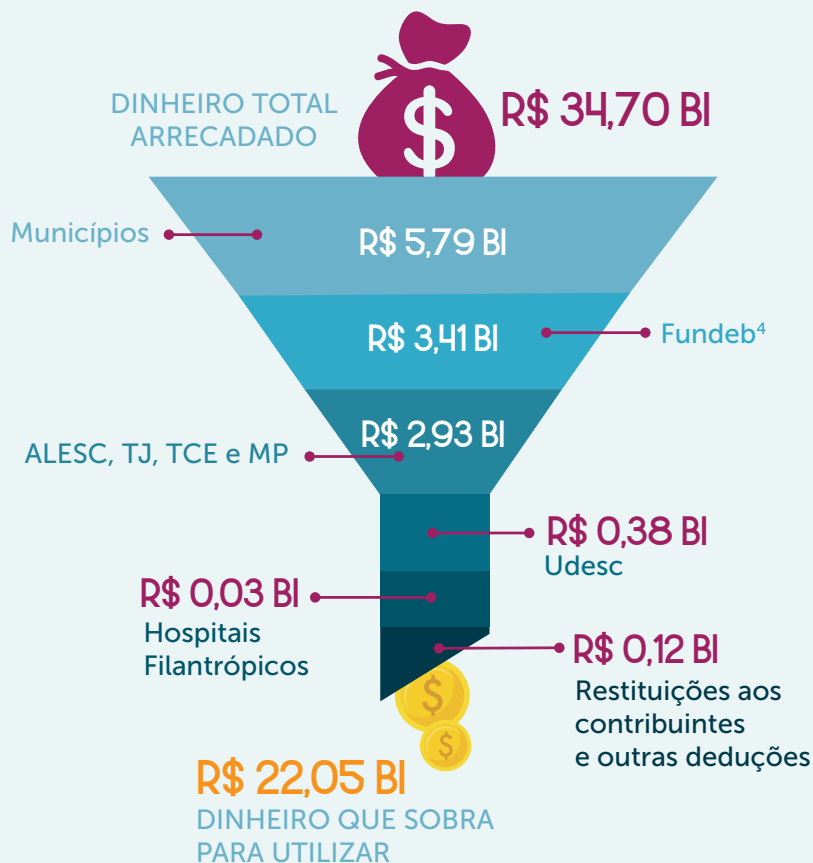
Tribunal de Justiça	9,41%	Udesc	2,49%
Assembleia Legislativa	4,34%	Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	0,17%
Ministério Público	3,98%		
Tribunal de Contas	1,66%		

Transferências aos Poderes e Órgãos em 2017

Entidade	Valor (R\$ milhões)
Tribunal de Justiça	1.419,03
Assembleia Legislativa	654,47
Ministério Público	600,18
Udesc	377,97
Tribunal de Contas	250,33
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de SC	25,64
Total	3.327,62

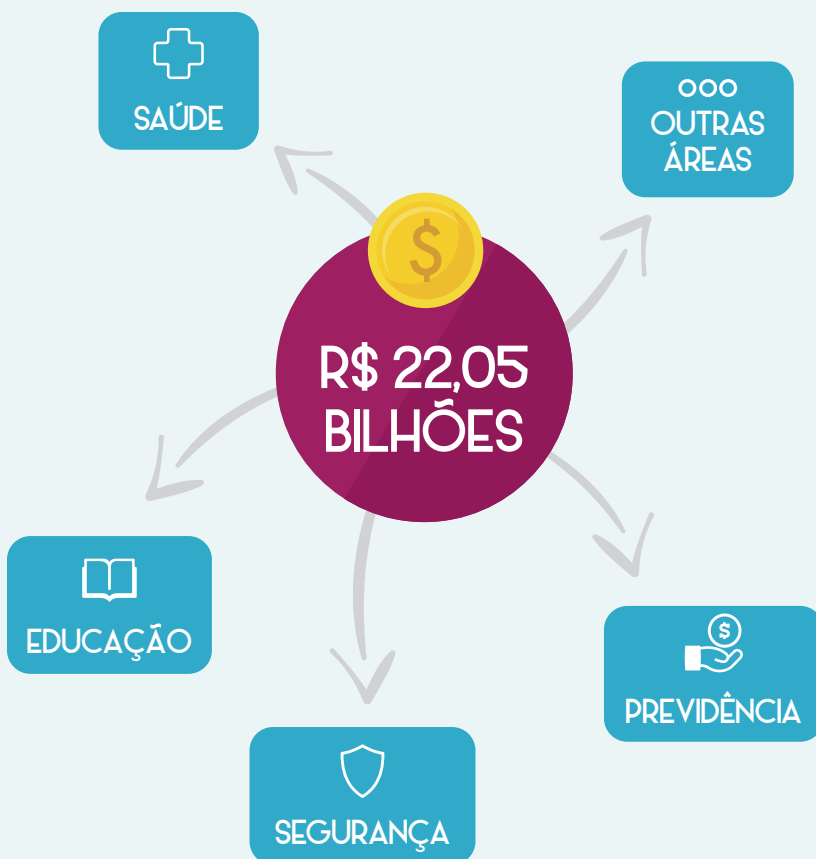
QUANTO SOBROU DE RECURSOS APÓS AS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS?

Em 2017, o Poder Executivo teve que repassar por obrigação legal R\$ 12,65 bilhões.



4. R\$ 2,19 bilhões retornaram ao Estado e estão dentro do total arrecadado de R\$ 34,70 bilhões.

Após o Governo dividir a arrecadação estadual com os municípios, depositar no Fundeb e repassar os recursos devidos aos outros poderes e órgãos, sobraram R\$ 22,05 bilhões, os quais foram destinados às áreas de educação, saúde, segurança, entre outras, conforme será detalhado no próximo capítulo.



CAPÍTULO 5

ONDE FORAM APLICADOS OS RECURSOS EM 2017?

Até aqui mostramos como ocorre o fluxo das finanças públicas estaduais, desde a arrecadação das receitas até a repartição obrigatória desses valores, para que você possa saber quanto ficou disponível para o Estado.





A partir de agora, você saberá como o Estado aplicou os recursos nas principais áreas, além de conhecer outros gastos importantes realizados durante o ano de 2017.

Este é um momento fundamental para você refletir sobre a diversidade de áreas que precisam ser consideradas pelo Estado para atender da melhor forma cada uma delas.

VAMOS EM FRENTE!

EDUCAÇÃO



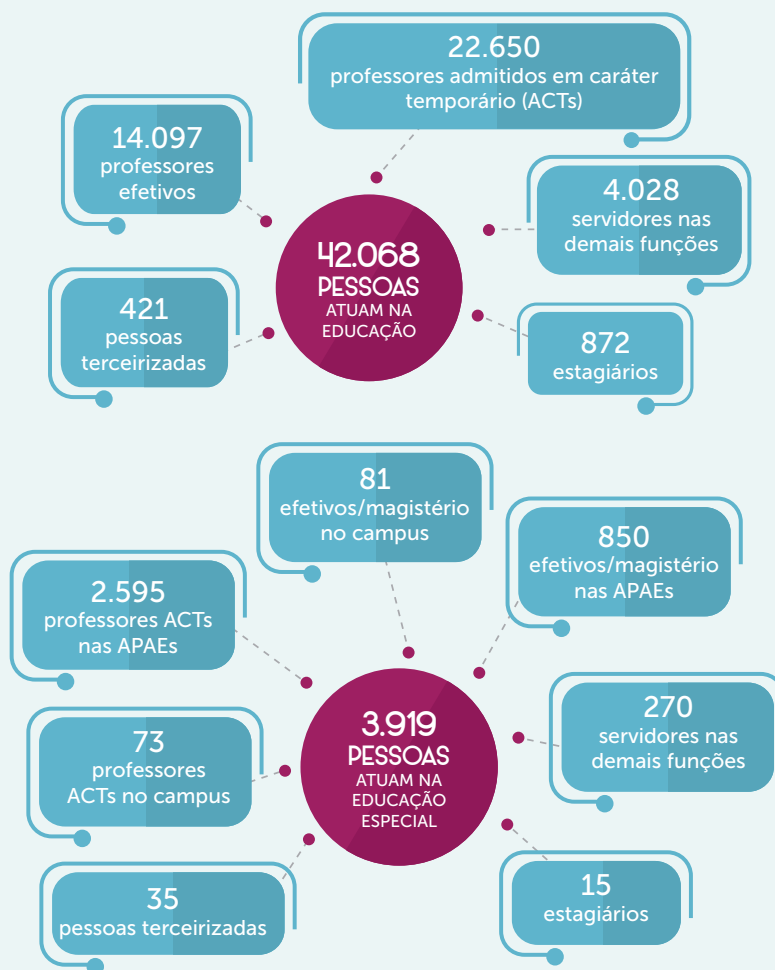
A Educação é uma política pública muito importante, visto que nos aponta aonde queremos ir como coletividade. É como uma estrada recebendo o pavimento para o futuro. Se a Educação for planejada, receber investimentos e for bem construída, ela nos conduzirá a um horizonte social bem melhor.

O Estado é responsável pela oferta prioritária do ensino médio e pela garantia do ensino fundamental, em conjunto com os municípios. Além dos ensinos fundamental

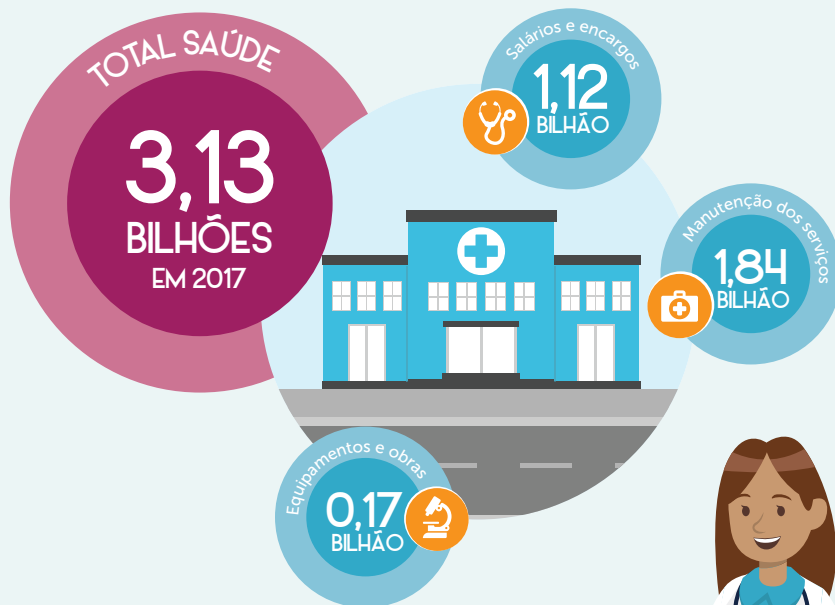
e médio, o Estado de Santa Catarina também oferece o ensino superior, por meio da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Em 2017, com os valores aplicados na educação foi possível, entre outros benefícios:

- » atender 506.547 alunos da rede estadual de ensino, distribuídos em 1.073 escolas; e
- » remunerar mais de 45 mil professores e outros profissionais ativos que atuam na educação (incluindo a educação especial).



SAÚDE



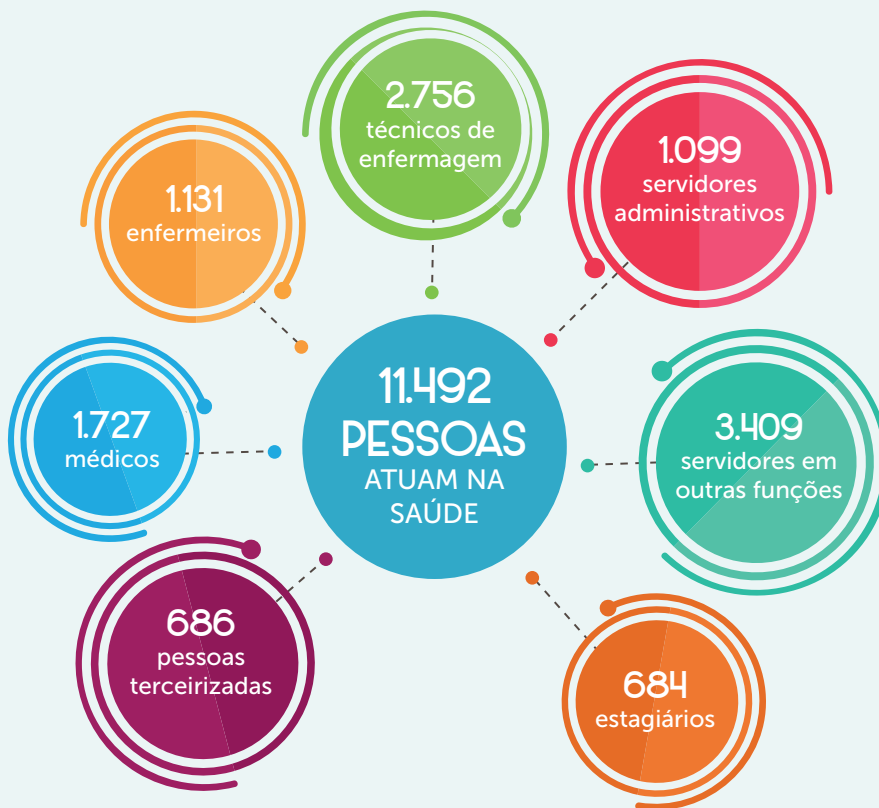
A Saúde é uma das áreas mais sensíveis do Estado. Não poderia ser diferente, pois mexe com o bem mais precioso das pessoas: a vida.

O Governo precisa dar uma atenção especial à saúde, que é uma das áreas que a população mais demanda do serviço público. Como diz o dito popular, "com saúde não se brinca".



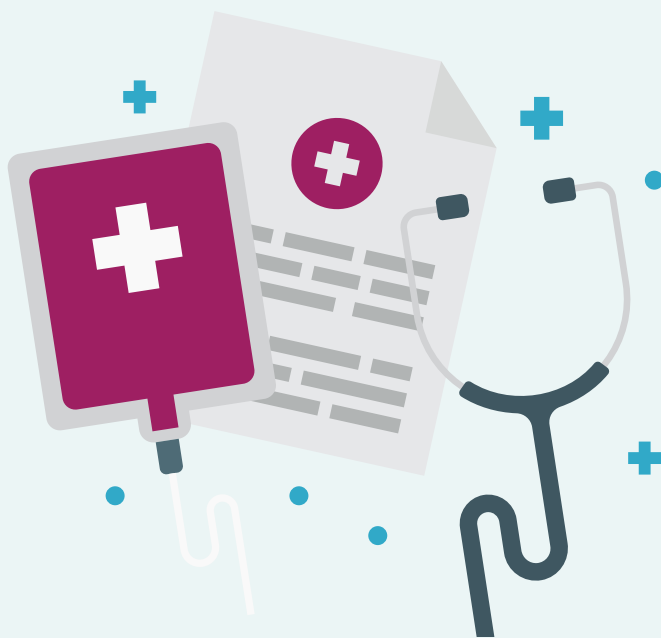
Com os valores aplicados em saúde no ano de 2017, foi possível:

- » atender a população catarinense por meio de 13 hospitais estaduais administrados pelo Estado e 5 hospitais administrados por organizações sociais; e
- » remunerar os profissionais que atuam na saúde estadual.



Atendimentos realizados nos hospitais estaduais em 2017:

Atendimentos	13 hospitais administrados diretamente pelo Estado	5 hospitais administrados por organizações sociais	Total
Internações	87.396	24.379	111.775
Ambulatório/ consulta	523.392	1.561.186	2.084.578
Atendimentos de emergência	561.132	234.019	795.151
Cirurgias	38.328	14.794	53.122
Partos	19.944	2.300	22.244
Exames	3.213.756	255.839	3.469.595
Total	4.443.948	2.092.517	6.536.465



SEGURANÇA PÚBLICA



A Segurança Pública tem tomado grande parte da atenção da sociedade, dos meios de comunicação e dos governos por conta do aumento da violência e da criminalidade em geral. O Estado deve estar sempre atento, pensando em maneiras para fortalecer essa área.

A promoção da segurança pública compete primordialmente ao governo estadual. É de sua responsabilidade a gestão das polícias militar e civil.

Em 2017, os recursos aplicados na Segurança Pública serviram, entre outras finalidades, para contratar 1.649 novos profissionais, para construir uma nova sede para a Secretaria de Segurança Pública, para manter as estruturas existentes e para remunerar mais de 18 mil servidores que atuam na Polícia Civil, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros Militar, no Instituto Geral de Perícias e na Polícia Rodoviária Estadual.



JUSTIÇA E CIDADANIA

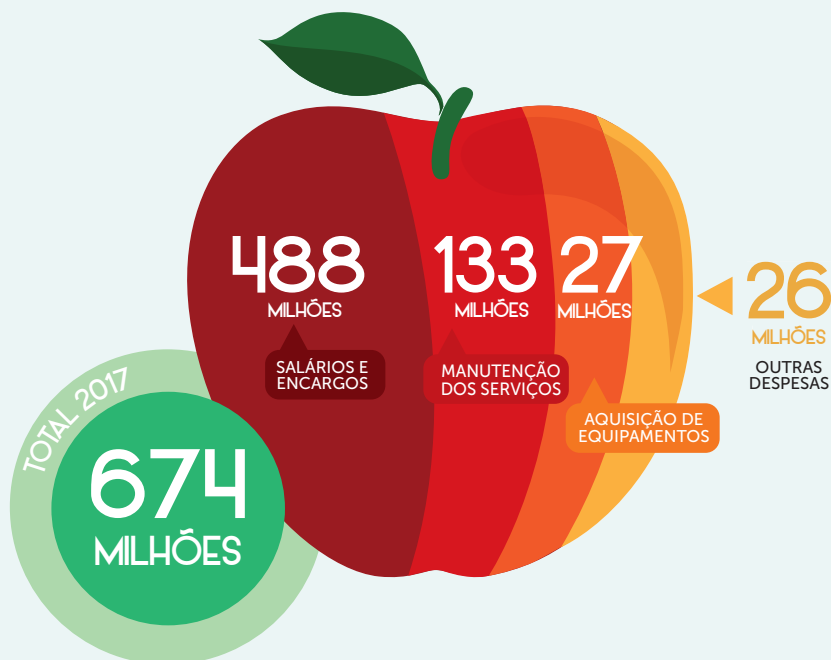
A gestão do sistema prisional catarinense também é responsabilidade do Estado. Em 2017, os valores aplicados na área serviram para manter 22.978 reeducandos distribuídos em 49 unidades prisionais.



Unidades penais de Santa Catarina		
22	14	6
Presídios	Unidades Prisionais Avançadas (UPAs)	Penitenciárias
4	1	1
Penitenciárias Industriais	Colônia Agrícola	Casa de Albergado
1	49 total	
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP)		

Santa Catarina é modelo para o País como o estado que mais oferece atividade laboral no sistema prisional. Em 2017, o Estado possuía 6.950 presos trabalhando (38%) e 3.700 estudando (19%).

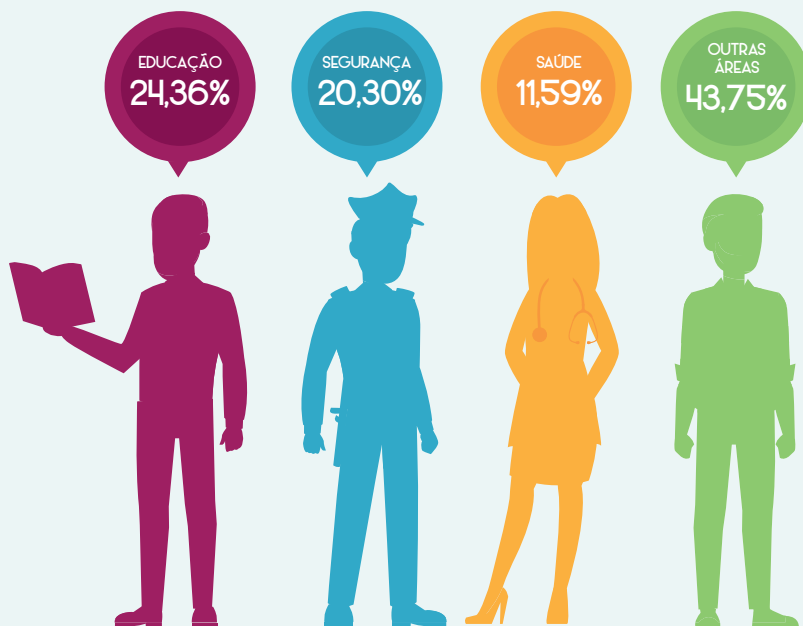
AGRICULTURA



A agricultura é fonte de saúde para a população, pois coloca na mesa das famílias boa parte dos produtos que consumimos. Também é uma atividade econômica importante pela geração de empregos e renda. Por isso, o Estado precisa oferecer condições para os agricultores continuarem a exercer as suas atividades no campo sem precisar migrar para a cidade ou para outras atividades.

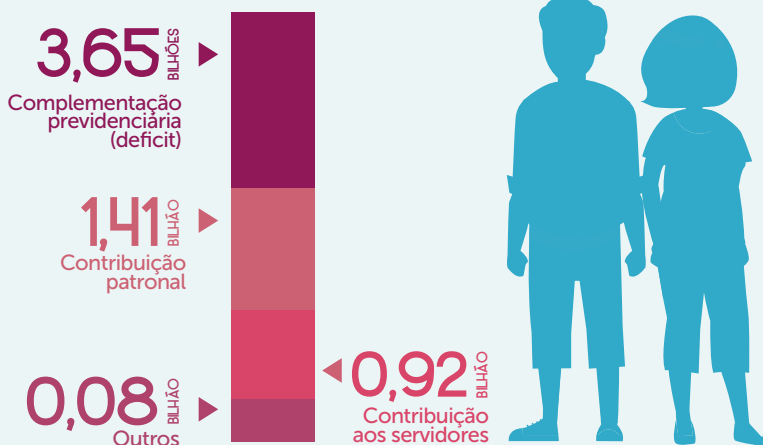
SERVIDORES ATIVOS DO ESTADO

TOTAL GASTO 9,66 BILHÕES



Os servidores são a parte fundamental da prestação dos serviços pelo Estado. São eles que possibilitam o atendimento à população. Médicos, professores, policiais e outros profissionais garantem a continuidade e a prestação de serviços públicos de qualidade.

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS



A previdência objetiva assegurar os benefícios de aposentadoria aos servidores públicos e de pensão por morte a seus dependentes. Em 2017, ela foi custeada pela contribuição dos servidores (13%) e pela contribuição patronal paga pelo Estado (26%).

Além dessas duas contribuições, o sistema necessita de um aporte adicional do Estado para cobrir o deficit previdenciário (despesas maiores do que a arrecadação previdenciária).

OBRAS DE INFRAESTRUTURA



A aplicação de recursos em estradas, barragens, portos e aeroportos é importante para o desenvolvimento da economia catarinense e também possibilita atrair novos investimentos para o Estado.

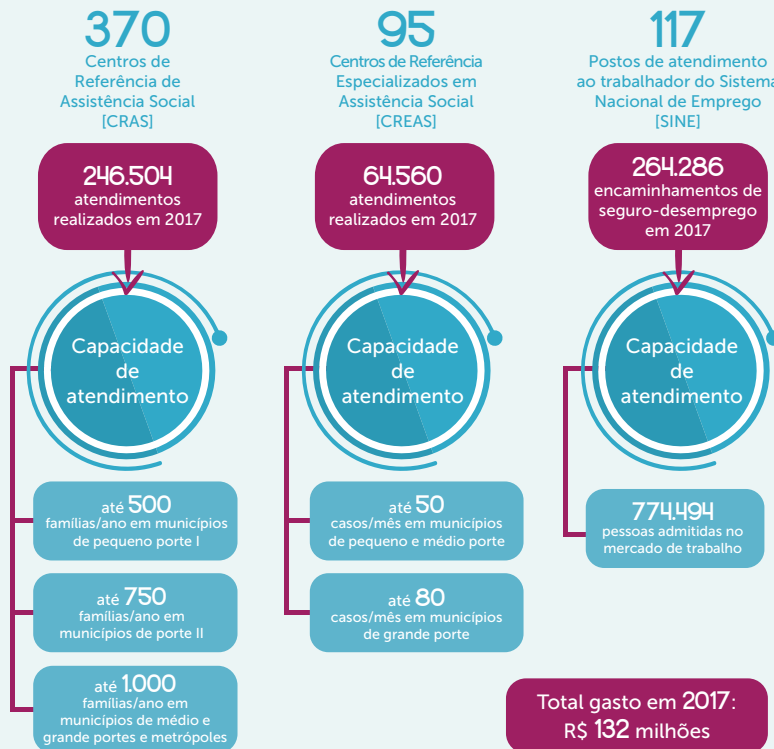


Em 2017, ocorreram investimentos em obras importantes, como a Via Rápida em Criciúma, o contorno viário de Tubarão, o acesso Norte de Blumenau, a ampliação da Rodovia Brusque-Itajaí, a pavimentação entre Papanduva e Dr. Pedrinho, a duplicação da avenida para o aeroporto de Joinville, a ligação entre Otacílio Costa e a BR-282, e a recuperação da SC-157 entre São Lourenço do Oeste e Chapecó.

Além dessas, diversas outras obras foram iniciadas e estão em andamento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Estado organiza a assistência social e promove a garantia dos direitos e a proteção social dos catarinenses que dela necessitam. Para isso, conta com 370 CRAS, 95 CREAS e 117 postos do SINE para atender mais de 380 mil famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais.

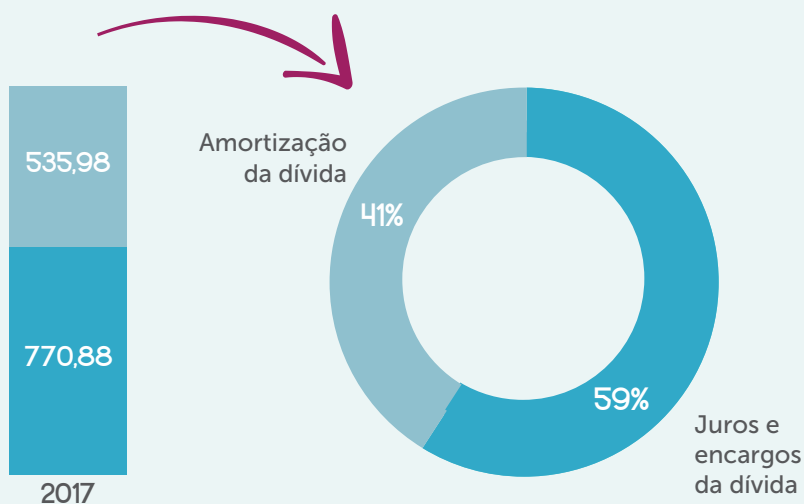


DÍVIDA PÚBLICA

Outra área que merece atenção estadual é a gestão da dívida pública, para planejar quando o Estado precisará pagar suas dívidas e qual o valor delas.

As despesas com pagamento da dívida em 2017 somaram R\$ 1,31 bilhão e corresponderam a 5,11% do total das despesas estaduais de 2017.

Despesa com a dívida pública (R\$ milhões)



Ao final do ano de 2017, o estoque da dívida pública estadual (valor que ainda falta para o Estado pagar) era de R\$ 19,596 bilhões.

Estoque da Dívida por Indexador (R\$ milhares)

31/12/2017		
Indexador	Estoque da Dívida	%
IGPDI	9.619.930	49,09%
Dólar (USA)	5.129.149	26,17%
TJLP	3.611.367	18,43%
CDI	1.222.394	6,24%
TR	13.013	0,07%
Total	19.595.853	100,00%



Estoque da Dívida - Curto e Longo Prazo (R\$ milhares)

31/12/2017		
Descrição	Estoque da Dívida	%
Curto Prazo	752.758	3,84%
Longo Prazo	18.843.095	96,16%
Total	19.595.853	100,00%

CAPÍTULO 6

VAMOS GOVERNAR JUNTOS?

Como observamos, a escassez de recursos exige cada vez mais da administração estadual aperfeiçoamento e eficiência nos investimentos.

Você pode contribuir de diversas maneiras para o aperfeiçoamento da gestão estadual e para que o gasto governamental seja realizado com a melhor qualidade possível.

QUER SABER COMO?



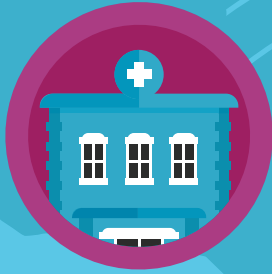
- 1** Primeiro você pode acompanhar a gestão das finanças estaduais no Portal da Transparência do Poder Executivo (www.transparencia.sc.gov.br). O Portal apresenta informações de

forma estruturada e descomplicada, facilitando o entendimento do conteúdo. Nele você encontra informações sobre receitas, despesas, patrimônio, licitações, contratos, obras, transferências, remuneração dos servidores, diárias, dívida pública, além de ter acesso à prestação de contas do Governo de forma detalhada, aos instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA), entre outras informações que podem ajudar você a exercer a sua cidadania.

- 2** Você também pode participar das audiências públicas regionalizadas que acontecem durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), e apresentar propostas que beneficiem a sua comunidade ou alguma política pública que afete diretamente a população.
- 3** Outra forma de estar mais próximo da gestão estadual é participar dos conselhos estaduais. Eles funcionam como órgãos consultivos, normativos e de fiscalização das políticas públicas. Atuando em diversas áreas como educação, saúde, assistência social, cultura, esportes, entre outros, os conselhos possuem estatuto e regimento interno, e sempre contam com representantes da sociedade civil.

Caso você tenha interesse em participar de algum conselho, a primeira sugestão é acessar o Portal da Transparência do Poder Executivo, clicar no menu “Gestão Estadual” e depois em “Conselhos Estaduais”.

No Portal, você encontrará a listagem atualizada dos conselhos estaduais existentes com o respectivo link para acessar as informações do conselho de seu interesse.





Agora você conhece um pouco mais sobre a gestão dos recursos públicos e sobre as formas de atuar de maneira ativa no controle social.

Você pode ajudar a fiscalizar a prestação de serviços e a aplicação de recursos. Sua participação é fundamental para construir um futuro melhor para todos nós.

VENHA COM A GENTE!